

| 448 | A TRADIÇÃO QUE (RE) OU (I) NOVA?

Rodrigo de Moraes Rosa

Resumo

Dentre as qualificações que contornam ou configuram a dinâmica social carioca contemporânea e sua relação com uma forma específica de espacialização, o objetivo principal deste trabalho é compreender, quando de um processo discursivo e concreto de revitalização da Lapa, Rio de Janeiro, qual a relação (ID)entidade e território evocada pelos atores sociais para legitimar, por alegoria exemplificadora, um ideário de cidade e civilidade. Quais seriam, portanto, os elementos e heranças que, no Rio de Janeiro do Século XXI, estariam sendo tomados como constituidores - signos, formas e conteúdos - de um novo modelo de solidariedade e sociabilidade e que os projetos urbanos deveriam, a reboque, incorporar como elemento estruturante.

Palavras-chave: Revitalização; Planejamento Urbano; Representações Sociais

Introdução

Na manhã de 24 de junho de 2009 um forte esquema de segurança vigiava, atento, na Lapa, Centro do Rio de Janeiro, a aglomeração de transeuntes que começava a formar-se. Incomum para o horário, o grupo de pessoas acompanhava, com certa curiosidade e desconfiança, o movimentar de caixas de som, a apreensão dos agentes policiais uniformizados e o frenesi aflito dos jornalistas. O lançamento oficial do Programa “Lapa Legal” foi, de fato, um acontecimento espetacular. Embalado pela Banda da Guarda de Honra da Polícia Militar do Rio de Janeiro e em meio a cartazes e folders da nova administração municipal, o evento formalmente pretendia apresentar ao público carioca um tipo inovador de gestão do patrimônio histórico. O “Lapa Legal” era, segundo notícias divulgadas pela assessoria de imprensa do Gabinete do Prefeito, “o início de uma nova forma de planejamento e intervenção na cidade”¹.

Encabeçando a lista de inovações, a gestão do projeto deveria pautar-se em uma concepção de “vocalização do lugar”. O conjunto de ações sob o território carioca começaria, exemplarmente, por uma das áreas consideradas “estratégicas” pela administração municipal. A proposta era estender, como modelo, a outros bairros da cidade, uma forma de revitalização do “melhor estilo carioca” de viver, fazendo-o pelo tratamento performático da paisagem e dos hábitos. Luzes, monumentos, placas, criação de equipes especiais de fiscalização de posturas e comércio foram anunciados no lançamento do “Lapa Legal” como

¹ Site oficial da Prefeitura do Rio. Acessado em 28 de junho de 2009, em <http://www.palaciocidade.rio.rj.gov.br>

medidas que potencializariam as leituras e imagens associadas à Lapa, garantindo aos moradores e turistas, sob forma espacializada, o que o bairro – que de alguma forma também concentraria o “espírito” da cidade - teria de singular (incluindo ser legal na dupla acepção do termo: dentro da norma e bom para se viver). A tradição cultural que a Lapa supostamente expressaria como tradução identitária do “espírito carioca” típico seria vitrine (e exemplo) para uma série de ações por outros bairros da cidade que supostamente também “guardariam” a mesma representatividade na expressão da carioquicidade.

A inauguração espetacular do “Lapa Legal” indicava de alguma forma que o “novo plano” de gestão municipal para a Cidade começava pela grandiosidade performática e pela promessa de que os elementos de uma suposta vanguarda administrativa transformariam o que fora caracterizado como decadente. Selecionar projetos, apontando e potencializando as especificidades locais como forma estratégica de desenvolvimento, assim como compor cenários favoráveis a imagem do Rio de Janeiro não mais marcado pela violência, estagnação econômica e pobreza, compunham a fórmula inovadora apresentada como plano de (re)vitalização.

A requalificação da Lapa, segundo discurso de inauguração do “Lapa Legal” pelo Prefeito Eduardo Paes, seria estruturada em duas frentes de trabalho, sistematizadas em dois eixos: “reordenamento urbano” e “melhoria da qualidade de vida para os moradores”. As duas categorias operacionalmente seriam estruturadas em torno de ideal de ordem que determinados agentes municipais se responsabilizariam em resguardar e aplicar com rigor. As equipes de trabalho, divididas multidisciplinariamente e contando com o apoio da Polícia Militar, garantiriam a possibilidade de todos, na Lapa, poderem vivenciar um cotidiano supostamente marcado por valores típicos – realizando-os efetivamente pelo resgate, com as ações de intervenção no espaço e nos hábitos, do que o próprio passado nas Políticas Públicas, em algum momento, teria ignorado. A ideia do viver a Lapa passou a se sobrepor ao viver na Lapa. E (re)vitalizar, controlando, posturas, sentimentos e pulsões, passou a ser tão importante – parte igualmente fundamental do planejamento urbano – quanto as intervenções no espaço físico. O planejamento dos órgãos municipais, como instâncias tutelares, garantiriam a realização dos elementos indenitários que o próprio cotidiano, sem intervenção sistemática, não realizaria plenamente. Em síntese, o prefeito assim resumiu a atuação dos órgãos municipais, explicitando a diretriz central do projeto²:

² Trechos da entrevista de Eduardo Paes ao órgão municipal de comunicação, retirados do site oficial da Prefeitura do Rio. Acessado em 28 de junho de 2009, em <http://www.palaciocidade.rio.rj.gov.br/site/conteudo/ultimas.asp?EditeCodigoDaPagina=224>.

“É o primeiro conjunto de regras de civilidade para que a Lapa possa ter sua característica boêmia, de lugar do samba e da música em geral, sem que isso signifique uma bagunça completa.”

Chamando atenção para o caráter estratégico da Lapa, Eduardo Paes caracterizou ainda a motivação para as ações municipais de (re)ordenamento urbano concentrarem esforços naquela área em específico, de alguma forma também justificando que o projeto tinha por base uma legitimidade e demanda já constituídas:

“Esse é um lugar especial, que foi descoberto pelo carioca a partir das iniciativas do comércio local e da própria população, e que merece o respaldo do Poder Público.”

E acrescenta, chamando atenção para o caráter sistemático da “nova” e multidisciplinar política de planejamento para a região:

“Não é um conjunto de coisas que a gente lança agora e termina em um mês, mas sim uma nova postura da Prefeitura em relação à Lapa, que é um Pólo Cultural, sob coordenação da Secretaria Municipal de Cultura.”

Na tentativa de indicar que o projeto era, de fato, um plano concreto de trabalho, ou seja, mostrar que as ideias apresentadas - e isso era também um ponto destacado como inovador da nova gestão municipal - eram lastreadas em ações concretas, semanas antes do lançamento do “Lapa Legal” a Prefeitura já havia começado um conjunto de medidas de requalificação da Lapa. Entre as ações destacavam-se o cadastramento dos ambulantes para concessão de licenças de funcionamento (criação da Feira noturna da Lapa), a recuperação das pedras portuguesas no entorno da Praça Cardeal Câmara (local do lançamento do projeto), o patrulhamento 24 horas da Guarda Municipal e a recuperação de partes da pavimentação de algumas ruas incluídas no “Lapa Legal” - concentrando esforços na Av. Mem de Sá, República do Paraguai e Evaristo da Veiga.

O prefeito, assim como boa parte de seu secretariado, foram conferir o andamento das obras e reforçar o caráter permanente do modelo de intervenção na cidade, convidando a população a conhecer o perfil dos próximos anos de mandato que supostamente começava pela indicação de que as ações práticas não se perderiam na retórica. Ao contrário, integrar às ações de planejamento urbano uma ideia de eficiência e pragmatismo, apresentando as propostas, ao mesmo tempo em que a população já pudesse visualizar e sentir-se parceira do Poder Público na fiscalização das obras e iniciativas era anunciado como forma melhor acabada da gestão de projetos.

Eduardo Paes ressaltou ainda a necessidade de integrar diferentes perspectivas na construção de um novo modelo de intervenção na cidade, com a presença de múltiplas secretarias, sob coordenação não da Secretaria de Obras Públicas, ou do Instituto Municipal

de Urbanismo Pereira Passos, mas da Secretaria de Cultura. Um indício de nova era na Política Pública Municipal que, por almejar o caráter transdisciplinar, tentaria dar conta da “nova cidade” e, sobretudo, do novo perfil de ator social que dela se apropria.

O discurso de re (i) novação da Lapa pela sua particularidade cultural ou pela garantia de realização, no presente, de atributos tradicionais não é uma ideia inteiramente nova, embora a administração do prefeito Eduardo Paes a tenha elegido como alegoria. Durante a última década, outros atores e institucionalidades passaram também a compor e, de certa maneira, naturalizar uma imagem de lugar elegendo como categoria primeira a ideia de revitalização ou compartilhando da visão do Poder Público Municipal de que a Lapa estaria degradada e que o resgate do passado histórico seria a melhor forma de reverter o quadro de estagnação econômica.

A idéia da perda de vitalidade, ao forjar a imagem de um lugar que melhor se caracterizaria pela “degradação”, conseqüentemente, trouxe a noção de “retomada” como princípio legitimador consensual e um imperativo na ordem do planejamento urbano municipal. Dar “nova vida” à Lapa passa a sinônimo de que a existente não seria suficiente para alavancar um processo contínuo e virtuoso de crescimento e desenvolvimento local. É então que a noção de passado histórico institucionaliza-se como fonte geradora de horizontes profícuos e a retórica da perda em um marco na reforma urbana do bairro.

A revitalização não só colocaria a Lapa no novo “cenário luminoso” da cidade, como também evidenciaria que o poder de transformação do urbano se legitimaria a medida em que portador e intérprete fosse de um imaginário de identidade, temporalidade e um certo regime de autenticidade.

A formação e apropriação do “sentido do lugar” pelos diferentes atores que reivindicam a transformação da Lapa (ainda que as intervenções sejam concebidas para preservar seu patrimônio material e imaterial) acabam reforçando a criação de barreiras às manifestações que não àquelas ajustadas a um ideal de tradição cultural categorizada como típica, loteada pelas atividades que pretensamente fariam parte, como tradução, de um ideário de lugar original.

A identidade ou a reivindicação permanente de uma especificidade cultural, ao se espacializar, definindo ou demarcando territórios pela expressão cultural que ali pretensamente se desenvolveria, nos últimos 5 anos, vem se constituindo, entre os empresários e comerciantes locais, como meio de assegurar o sucesso nos negócios, institucinalizando-se de certa maneira como ferramenta de dinamização econômica eficaz e socialmente responsável (porque protegeria o patrimônio cultural e histórico).

Em 2005, o Projeto de Lei 164/2005, partindo da Câmara Municipal, autorizou o Executivo a criar o “Pólo Gastronômico e Cultural do Centro Antigo”³. Ações que repercutiram ou que foram acompanhadas de um aumento significativo de investimentos na região. Novos hotéis, bares e restaurantes⁴ multiplicaram-se no mesmo período⁵, com boa parte deles fazendo referência a uma suposta especificidade cultural/identitária da Lapa⁶. Passam a florescer estabelecimentos comerciais que utilizam subtítulos como “lugar do samba”, “berço da gafeira”, “original do Rio” etc como que a marcar legitimidade às pretensas tradições do bairro, materializando-as.

Litreiros com os nomes “Lapinha”, “Recanto da Lapa”, “Boemia da Lapa”, “Feijão da Lapa”, “Viva Lapa”, “Cores da Lapa” entre muitos outros vão preenchendo as ruas do bairro com a pretensão de cada um desses empreendimentos expressar a autenticidade da vida cultural do lugar e com isso atrair mais e mais pessoas também interessadas em um tipo de vivência e experimentação desse ideário especializado de identidade. Nesse sentido, não é de se estranhar a empresa municipal de limpeza urbana – COMLURB – ter oferecido aos garis que trabalham na Lapa chapéus Panamá, associados a um tipo de experimentação da vida radicalmente oposta ao trabalho árduo dos profissionais de limpeza, mas que dialogaria com o ideário associado ao espírito carioca do lugar: malandragem, samba etc. O ciclo ou sopro revitalizador pela via do controle de um regime de autenticidade identitária, além das ações do Poder Público Municipal e do crescimento do comércio, contou ainda com forte presença do capital imobiliário⁷.

Entre as representações sobre o lugar e a espacialização (ou tentativa) desses elementos, a intervenção revitalizadora na Lapa emergiria como síntese mesmo de um tipo muito singular de projeto urbano. Haveria um movimento primeiro de constituição e apropriação de um ideário de bairro, de tradição e a sua posterior instrumentalização ou operacionalização como forma de garantir tanto a preservação desses elementos quanto a vitalidade que sua perda ocasionaria. Vistos como patrimônio cultural original de vida carioca, a constituição de uma imagem de cidade e sociabilidade seria ferramenta mesma de resistência a um tipo de vida na cidade que, ao não estar presente, atentaria contra um

³ Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Pólo Gastronômico e Cultural do Centro Antigo, compreendendo o quadrilátero formado pela Praça Tiradentes, Rua da Constituição, Av. Rio Branco, Rua Santa Luzia, Rua do Passeio, Rua Mem de Sá e Av. Gomes Freire.

⁴ Em 2009, eram 53 estabelecimentos categorizados como hotéis/motéis/pousadas e pensões; 21 restaurantes e 74 casas noturnas. Retirado de www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

⁵ Crescimento, segundo a Câmara Municipal de Comércio, de 60% em 10 anos.

⁶ Refiro-me, em especial, às casas de espetáculo Lapinha, bar Brazuca, Será o Benedito, Estrela da Lapa, botequim Original da Lapa, Recanto da Lapa.

⁷ Três empreendimentos se destacam no período, todos exaltando, já no nome, a singularidade ou a vantagem em relação a outros empreendimentos: Viva Lapa, Quartier Carioca e Cores da Lapa.

ideário de vitalidade. A revitalização da Lapa passaria, assim, pela preservação de um *habitus* carioca que, ao ser instrumentalizado, transformaria a tradição em estratégia e a tipificação da cultura em fonte legitimadora. Nessa emaranhada teia de movimentos, interesses e historicidades, de alguma forma, a viabilidade do esforço revitalizador da cidade estaria concentrada na capacidade ou habilidade planejada de transformar representações em ações, imaginário em empreendimentos originais. Uma espécie de planejamento que realizaria a utopia de um ideal de vida boa pela contenção do que a própria vida cidadina se encarregaria de não privilegiar. Dito de outra maneira, desenvolver o que as pessoas já teriam, por força de sua constituição indelével como cariocas, mas não poderiam manifestar porque a própria cidade, deixada a sorte da vida e relações espontâneas, não deixaria florescer de forma completa. Tornar-se-ia função da intervenção racional no espaço a tipificação e instrumentalização da sociabilidade, solidariedade e subjetivação dos agentes envolvidos.

Marcado por um regime de tempo que presentifica as leituras do passado, isto é, a noção de um urbanismo no presente que resgata a urbanidade – entendido como modo de vida - do passado, que estereótipos, leituras específicas de sociabilidade e solidariedade passariam a ter papel preponderante na nova configuração espacial da Lapa? Para a imagem de bairro revigorado, a tipificação e instrumentalização de uma ideia de passado são ferramentas necessárias nos processos de revitalização? E quais seriam as estratégias para transformar os elementos desse passado em instrumento legítimos de intervenção?

As intervenções urbanísticas, especialmente a partir do século XIX, reproduziram de alguma forma mais do que um desejo de transformar a cidade concreta. Se tomarmos como exemplo o Plano de Haussmann para Paris (entre 1853-1870), a modificação no espaço passou a ser lastreada por um ideal de vida urbana como condição, por excelência, do projeto modernizador. Adaptado às transformações estéticas, funcionais e pragmáticas, um plano de vida na cidade, uma nova urbanidade deveria ser também instaurada. A cidade passaria assim a mais do que espelhar um desejo de renovação, ela ensejaria já uma estrutura modelar de sociedade – ordenada, pacífica e com um ator social, diferentemente do sujeito coletivo da Revolução de 1789, individual. As mudanças, espaciais e sociais, passaram a ser racionalmente planejadas, definidas ou justificadas pelo embelezamento associado às estratégias de reconfiguração do tecido social. As intervenções na concretude do espaço eram também uma forma de prescrição de um novo desejo de configuração social, marcado pela ideia de fácil controle, vigilância e, sobretudo, de uma nova ordem na formação dos sujeitos e relações sociais.

A partir do século XIX, às cidades ou em suas intervenções mais sistemáticas, à exemplo de Paris, foram imputadas o novo estatuto do sujeito histórico, autônomo, independente e com uma subjetividade a ser preservada. Grandes praças, áreas públicas de lazer, jardins, vitrines, avenidas etc celebrariam o sentimento de que o espaço cosmopolita materializava-se fundamentalmente como de domínio e expressão da racionalidade, assumindo a materialidade das formas urbanas a valorização da funcionalidade das ações, as trocas auto-interessadas e, por fim, a sociabilidade ampla, objetiva e funcional.

O aumento das interações na cidade – maior contato, mais e diversificadas situações cotidianas – refletiria-se de alguma maneira, como sugeriu Simmel (1976), na preservação e valorização de um conteúdo intrínseco à experiência particular de vida, de sentimento, de existência. A relação social teria como configuração uma troca recíproca de identidades particulares a serem construídas e preservadas quando da formalização de ações. A noção de indivíduo, de uma especificidade ontológica, de uma subjetividade claramente delineada como única e inalienável paradoxalmente faria mais sentido nesse ambiente urbano impessoalizado, densamente povoado e diversificado em parte porque a ação não necessariamente expressaria um intenção. Pelo contrário, ela seria, no fluxo das regras e convenções, um mecanismo de defesa contra um possível esgotamento que o indivíduo sentiria se exposto ou deixasse se expor.

Como a formação do novo sujeito histórico e das suas narrativas, ainda segundo Simmel (1971), implicaria o alinhamento entre convenções e subjetividades, a intensificação do contato e os múltiplos estímulos das grandes cidades, mais do que fazer do urbano um *locus* privilegiado, era em um modo de vida em que as pulsões e os afetos seriam educados para fazer do ser um indivíduo. Os projetos urbanísticos serão assim cada vez mais propositores de espaços de convivência mútua, cuja vocação para a impessoalidade e racionalização das trocas entre diversos produtos, interesses e gostos se constituiria em objetivo formal.

Para Weber (1976) é o modelo de cidade moderna que irá potencializar a emergência de uma nova sociabilidade, possibilitando a formação de novas legitimidades para o domínio e exercício do poder – “o ar da cidade liberta”. A especificidade da cidade ocidental residiria justamente na autonomia dos cidadãos frente aos laços da autoridade tradicional exercida no feudo. A urbe propiciaria um novo sentido às ações dos sujeitos na medida em que nela seria possível quebrar o direito senhorial. As diferenças morais de posição (mando e obediência), fixas e intransponíveis na hierarquia feudal, seriam substituídas por uma nova ordem de sentido cuja diluição, fragmentação e multiplicidade de

relações e arranjos sociais seriam seu traço mais característico – sobretudo no apreço à liberdade como valor primeiro de constituição.

A cidade, nesse sentido, passa a ser produto e processo gerador das interações sociais; parte integrante e estruturadora de práticas, costumes, simbologias, não apenas territorialidades onde se desenrolam ou manifestam-se. Transforma-se mesmo seu planejamento em instância de legitimação de valores. Com efeito, Wirth (1976) chamará atenção para o fato de ser a cidade ou o crescimento das grandes cidades a marca decisiva da passagem para a modernidade, assim como o início da civilização ocidental teria sido marcado pela fixação permanente de povos anteriormente nômades na bacia do Mediterrâneo. Seria a grande cidade, de fato, um valor; um processo estrutural de transformação, cuja extensão e efeitos não poderiam ser resumidos pela simples concentração de habitantes ou a densidade de suas atividades: o urbanismo é um modo de vida, uma influência sobre a vida social do homem. A cidade passa a ser encarada, nessa perspectiva, como um ente social, capaz de promover uma série de operações mentais e de sentido: os contatos impessoais, a reserva, a indiferença, o anonimato, o superficialismo etc.

Cada intervenção na cidade revelaria, portanto, mais do que uma simples mudança funcional ou estética, mas um tipo complexo de sobreposição de um conjunto valorativo entre diversos outros. Torna-se o urbano uma instância legitimadora de um conjunto de transformações na estrutura social, desde a emergência do indivíduo até uma forma de produção de mercadorias, passando pela transformação nos laços de solidariedade e interações sociais. Emancipação, liberdade de controle pessoal e emocional, segmentação, racionalização e operacionalização de condutas e sentimentos seriam mecanismos ou estruturas de sentido típicas do “espírito citadino” que, ao transporem-se para a dimensão do traçado concreto, configurariam (quase objetificando) tais dispositivos simbólicos, garantindo-lhe visibilidade, concretude e permanência. Dinâmica que, especialmente a partir do século XIX, projeta-se e ganha contornos institucionais. As reivindicações pelo domínio, gerenciamento e usos do espaço, sobretudo o urbano, reproduzem-se vertiginosamente sob a forma de incorporação, tradução e corporificação das liberdades individuais e expressão das variadas subjetividades, assim como de um modelo de sociabilidade que reproduzirá, como que a reboque, a segmentação, especialização e interdependência verificada como forma específica de organização para reprodução de um modelo de produção.

O esforço urbanístico será também um esforço de criação e ao mesmo tempo de legitimação de Cidade. O processo ou discurso sanitarista no Rio de Janeiro do início do século XX, por exemplo, encontrou-se casado com o remodelamento estético e os dois, em

conjunto, darão a tônica do urbanismo como a ciência não só dos problemas da cidade, mas da criação ou ajuste a um modelo civilizado de cidade, incluindo aí a criação de práticas e posturas percebidas como já de todo apropriadas em Cidades européias (CHIAVARI, 1985). Expressividades artísticas, costumes locais, modas, crenças, moral, enfim, tudo o que não fosse digno da Cidade (sob a influência européia) foi extremamente regulado para representar o urbano mais um símbolo da civilidade do que propriamente uma realidade concreta. A construção de uma nova cidade, um novo país passava pela representação de uma nova forma de vida mais moderna e, sobretudo, com as pulsões e afetos de seus cidadãos controlados. Especialmente no Brasil, os “problemas sanitários” do início do século XX, forjaram não um ideário de cidade, mas de modernidade, impulsionando, como forma exemplar, as transformações vistas como essenciais ao diálogo do Brasil ainda de base rural, com problemas na consolidação do trabalho livre e da própria República (mas, claro, redimido via civilidade) com as grandes potências industriais, com uma mão-de-obra operária, urbana e altamente concentrada.

Um processo de transformação urbana tão específico que levará Pechman (1996) a ironizá-la com a pergunta: “o urbano fora do lugar?”, exatamente ensaiando o tom da teatralização da vida urbana que, como nova meta, era buscada entusiasticamente. A luta por direitos sociais e por resolução dos problemas tipicamente urbanos, como moradia, circulação etc. teria dado lugar a um ideário de “civilidade higienizada”, tornando a questão social dissociada da questão urbana e, claro, borrando o próprio significado e sentido do urbano. O esforço urbanístico brasileiro passa então do planejamento dos problemas sociais da cidade para estabelecer-se como matéria primeira ou “maravilhosa obra de embelezamento racional” de um urbano insipiente ou mesmo destituído de significado original. O urbano passa mesmo a ser objeto de desejo, uma realidade a ser implementada e experimentada.

Segundo Jacobs (2003) promover a diversidade urbana ou deixá-la manifestar-se deveria ser, por excelência, a preocupação de um tipo de planejamento que, rompendo a o modelo centralizador e burocrático de experiências de planejamento ortodoxo (em especial às influências de Ebenezer Howard), defenderia o que a cidade, de fato, seria: plural, dinâmica, diversa. A vitalidade da cidade, segundo a autora, viria da combinação inconstante, por vezes caótica de usos e apropriações do espaço por aqueles que o utilizam também de forma plural (elementos vistos como caóticos pela perspectiva racionalizadora do pensamento ortodoxo). Assim, dinamismo, multifuncionalidade, variabilidade de funções e

atores e a diversidade (advinda da alta densidade de pessoas) não poderiam ser negados, mas estimulados quando do planejamento urbano.

Quando, em junho de 2009, é lançado o programa Lapa Legal evocando o “passado” ou suas raízes mais típicas, os ícones dessa especificidade passam a compor outro cenário do planejamento da cidade. Um ideário de revitalização, em geral, que se propõe inovar pela renovação da tradição – ou de um discurso de tradição. Um resgate, uma forma de representação de um tipo de vida que, embora já cidadina, preservaria ou resgataria uma sociabilidade e um tipo de solidariedade que a cidade carioca, especialmente, pelo esforço de releitura da própria condição cidadina, teria experimentado; como que a valorizar a intervenção civilizatória, mas acrescentado à idéia de civilidade características híbridas.

O projeto de remodelamento urbano do cenário histórico do bairro da Lapa, pelo menos como projeto, carrega consigo a pretensão de resgatar uma “tradição” – material e imaterial – que o bairro tradicionalmente ficou marcado por simbolizar. Por isso, talvez, as intervenções serem capitaneadas pela Secretaria de Cultura do município.

O que se desenha das “novas” intenções urbanísticas para a Lapa é, estrategicamente estimular a vinculação de uma identidade ao local, civilizá-lo mais uma vez, mas por categorias muitas vezes opostas ao próprio ideário de civilidade. A tensão, por exemplo, entre o domínio público e privado, emblematizado na ocupação dos espaços públicos por atividades privadas de venda de mercadorias, deixa de ser uma frente de combate para assumir forma de uma especificidade identitária que, ao agregar valor cultural ao bairro, o torna atraente. Desde os ambulantes até bares e restaurantes mais caros, a calçada tornou-se um espaço de convivência civilizada, uma civilidade que se manifesta pela normatização dos usos e limites dessa apropriação. Uma permissividade altamente normatizadora. A dinâmica transformadora da paisagem local evidencia isso de forma emblemática: os ambulantes da Lapa foram cadastrados e, segundo uma lógica de ordem fixada pela prefeitura (se os cadastrados atendiam condições mínimas de documentação, comprovação de residência e origem do material vendido, assim como um acordo para a venda de uma marca de cerveja, em especial) a alguns deles foi dado o direito de vender suas mercadorias nas calçadas. Um tipo de prática tolerada porque exatamente inscrita dentro de uma lógica do controle para promover o “descontrole organizado”. Cada qual recebeu uma barraca desmontável com o logo do programa Lapa Legal e a ocupação da calçada deveria respeitar horários rigidamente estabelecidos, assim como ocupar APENAS uma área do bairro – fortemente vigiada pela guarda municipal, polícia militar e agentes da Secretaria de Ordem Pública.

A composição de um cenário urbano ou a tentativa de criá-lo segundo idealizações ou modelos (com conteúdos específicos) de identidade e solidariedade, de fato, não representaria uma característica nova criada pelo urbanismo carioca. De fato, a criação de um valor diferenciado como estratégia competitiva entre as cidades é um dos aspectos que redimensionariam, sob a chancela do planejamento estratégico, um novo tipo de gerenciamento do urbano. Segundo Lima Júnior (2010), a vinculação entre a ideia empresarial de competição e as formas de gestão das cidades apresentaria-se como modelo estratégico de renovação urbana. Em torno de uma experiência ou de uma imagem de crise - instabilidade econômica, degradação etc - o projeto de reconfiguração ou revitalização se faria, pela retórica do planejamento estratégico, pela adoção de medidas que incluíram a identificação e exploração competitiva de uma especificidade, transformando-a em vantagem.

O que de estratégico ou o que se desenha como característica diferencial na Lapa é a reprodução de um modelo de cidade - racionalmente ordenada, individualizada nas relações e práticas, esteticamente apropriada à maior circulação de pessoas e mercadorias etc - mas legitimando-se pela representação oposta: ideário de comunidade, ancorada na atividade e identidade boêmia, multiplicidade que se realiza não na objetivação de comportamentos blasés, mas na manifestação explícita de uma "cultura subjetiva", na continuidade da sociabilidade ampla, nas atividades coletivas e moralmente diversas. Acompanhado ou impulsionado pelo surgimento de empreendimentos comerciais que valorizam os encontros e inter-relações marcados pela multiplicidade, passa a estar presente uma forma de controle, uma vigilância, uma tutela rígida e constante, para a manifestação das atividades que pretensamente realizariam o ideal da diversidade e da participação plural: o samba de roda (a rigor aberta, livre de qualquer definição de tamanho, horário - de início e término -, democrática), do choro (e sua improvisação convidativa) ou de seus literários e pobres malandros e mulatas.

O romantismo poético dos freqüentadores letrados (Manoel Bandeira, João do Rio, Machado de Assis, entre outros) transformar-se-iam no próprio projeto de vida cidadina ideal. È quando passa a fazer sentido (e amplamente explorado comercialmente) a existência de um "velha" Lapa necessariamente, para manter-se original, carente de um planejamento ou intervenção. Um projetar e intervir na cidade que se proporia inovar porque chamaria atenção ao respeito e preservação das tradições locais, mas lendo-as sob o imperativo histórico da normatividade, da imposição de um tipo idealizado de sociabilidade ordeira e civilizada. O urbanismo parece, logo, voltar, de fato, às suas origens normativas. Mas uma

volta que de certa forma naturaliza a própria normatividade moral e paralisa resistências por justapor às forças impositivas emoções e possibilidade de experimentar sentimentos autênticos de uma forma de vida perdida no burburinho da Cidade.

A ação normativa dos planejadores constituiria-se mesmo como a própria resistência! Resistência a perda de um modelo de sociabilidade e solidariedade, cujo resgate, não seria essencial somente como estratégia de preservação dos bens – materiais e imateriais –, mas uma forma de garantir o padrão de vida social tipicamente da cidade carioca. Tendo a possibilidade de fazê-lo, porém, somente se mediado, tutelado, devidamente organizado sob forma pré-definida de uma Ordem Pública, de um racional uso do espaço. É quando, por exemplo, ironicamente, a expressão da tradição (ou aspiração) “democrática” da Lapa, mesmo que isso signifique ou resulte no encapsulamento dos indivíduos à simulacros de relações e identidades, alavanca vendas e transforma empreendimentos imobiliários, comerciais e do próprio Poder Público em símbolo de sucesso. A cidade se mantém, pois, como projeto de sociabilidade, não mais uma a ser instaurada, como no caso de Pereira Passos, mas uma a ser resgatada, com o agravante de que, como todo resgate, fica sujeito à leituras e arbitrariedades ou seletividade da memória, melhor dizendo, de uma idealização de passado; refém de um discurso sobre uma cidade que, de fato, só existiu em idealização ou mesmo que só passou a existir quando da própria ação de resgatá-la em sentido e significado (com o agravante de, a rigor, ser todo resgate ou revitalização uma ação que fixa a ideia de retorno a algo de fato já existente, mas perdido).

Como representação tipificada de um real outrora pretensamente existente, a Lapa expressaria ou nela se concentrariam os esforços de revitalização – agentes públicos e privados – para fazê-la parecer aberta a uma multiplicidade e variabilidade de atores e práticas, a uma permissividade de comportamento e ações. Ou seja, a criação de um cenário de cidade em uma espacialidade emblemática que representasse no presente, através da criação de artifícios prestigiosos do passado, um modelo híbrido de sociabilidade: gravitando entre o cosmopolitismo metropolitano e sua tradução local, a rigor caracterizada pelo compartilhamento de um ideário de comunidade boêmia, de um clima amistoso porque familiarmente associado às trocas pessoalizadas, diretas e espontâneas; um provincianismo que se valoriza tanto quanto a habilidade de prestigiar ou flertar com o cosmopolitismo igualmente prestigioso.

Como forma de equacionar a tensão entre os “ares” metropolitanos e a valorização do provincianismo ou de uma criação e legitimação de uma metrópole provinciana a equação se completaria pela noção necessariamente articulada entre um

cosmopolitismo de relações e interações sociais, mas capturado em uma temporalidade teatralizada. Sincrônico ao articular com o binômio passado/presente/futuro, mas diacrônico por se propor mesclar categorias, justapor, em uma narrativa única, costumes e hábitos de épocas diferentes. Do que resulta em uma possibilidade de experimentação, ao mesmo tempo, da impessoalidade e da proximidade afetiva; da indiferenciação com diferença. As duas, no entanto, cristalizando como norma, mesmo quando articuladas, a caracterização ou o binarismo composto pela antinomia: anonimato versus reconhecimento; individualismo versus comunitarismo. Talvez por essa razão só consiga realizar-se enquanto projeto se normatizada, controlada, espetacularizada, vivenciada entre muros (Moura, 2003).

Não obstante, as transformações na paisagem espacial da Lapa tornam-se mais e mais legitimadas, quase emergindo como novos imperativos aos agentes imobiliários, arquitetos, investidores e empreendedores, uma pretensão em realizar as aspirações que especialmente o bairro ficou marcado por simbolizar: o contato direto, moralmente livre, as trocas entre as diferenças culturais etc. Assim, grandes casas de espetáculos⁸, com preços de bilheteria acima da média, moldam suas atuações pelo caráter exclusivista (com um grande uso de material e agentes de segurança - câmeras, detectores de metal) e, ao mesmo tempo, integrador, por sua “estrutura” proporcionar àqueles que entram uma visão de uma sociabilidade desejada, passando fundamentalmente pela garantia de que os frequentadores possuam todos o mesmo “espírito” ou que pelo menos os que assim o desejarem possam sentir-se experimentando um passado prestigioso - em composição cenográfica, inclusive. O Circo Voador, por exemplo, outro ícone do bairro, apesar de fechado com grades, localiza-se em uma praça. E o Lapa 40 Gaus, apesar do grande número de seguranças privados, manobristas e funcionários controlando a entrada na porta, tem a fachada toda em vidro transparente e metal.

Paralelo às inovações privadas o discurso e as práticas institucionais de intervenção foram igualmente incluindo (e definindo) a Lapa, especialmente no processo de “revitalização”⁹, em uma área cujo o histórico, mesmo intencionalmente cristalizado, renova, garante sopro e possibilidade de um novo prestígio. Um revitalizar de um “antigo”, mas de alguma forma, se compromete, como processo mesmo, com a demonstração indispensável de que, via Lapa, o Rio de Janeiro definitivamente seria uma “Cidade Moderna”. Não mais uma cidade moderna, mas, diferentemente do primeiro sopro de modernização civilizada,

⁸ Refiro-me a duas, em específico: Lapa 40 Graus e ao Rio Scenarium.

⁹ Faço menção especial ao incentivo do governo estadual que decretou em 2000 uma lei criando o Distrito Cultural da Lapa.

uma cidade destacada das demais por estrategicamente operar com aquilo que a especifica melhor: vida social ativa, dinâmica e de trocas ou interações diretas, constantes e variadas, sem que isso resulte em impessoalidade, distanciamento ou ação mecânica - de sentimentos e sensações reproduzidas no formalismo de normas.

O discurso presente no projeto Lapa Legal de valorização da tradição, seja material, na restauração dos casarões e fachadas, como também na tentativa de preservação dos bens culturais imateriais, como as rodas de samba e gafieira, apresenta-se como um “novo discurso modernizador” que significa as ações interventoras no espaço urbano da cidade para torná-la modernamente tradicional. A vontade de tornar o bairro um exemplo de planejamento que, diferentemente de outros, vincula a ideia de progresso ou desenvolvimento ao apelo do “tradicional” a ser culturalmente preservado vem apresentando resultados, no mínimo, curiosos quanto à representação do novo ator cidadão típico - marcado pela heterogeneidade, densidade, variabilidade e individuação, mas legitimado, como próprio mecanismo de construção da subjetividade, pela integração, democratização e generalização das relações e interações sociais. A construção de um sujeito carioca ao mesmo tempo célebre dos arranjos de uma sociabilidade aberta, mas de caráter individualista quanto as suas motivações. Elementos de uma complexa lógica instrumental em que os imperativos da autoafirmação e, de seu oposto, da interação livre levaria os atores individuais à artificialidade das relações, já que o coletivo com o qual mantém relação é, por eles, prévia e ordenadamente constituído e com variabilidades controladas por seus prazeres, necessidades ou gostos; comprados em entradas de bares ou residenciais e garantido pelo controle exaustivo e presente de forças normatizadoras - guardas municipais, polícia, agentes da Secretaria de Ordem Pública.

O dilema que sobressai desse processo e que se constitui mesmo como paradoxo é a continuação da valorização de um ator individualizado, como típico da Cidade (industrial, burguesa, européia), mas com apelo à formação de espaços - públicos e privados - no sentido democrático e aberto da sociabilidade. Uma urbanização controversa que tenta agregar ao significado do “modo de vida urbano” elementos como os contatos primários, a vizinhança e a solidariedade - ainda que mediados por uma lógica e um interesse individualizado de busca ou sonho da sociabilidade entre pares, mas com certa dose de exotismo social.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio D'Água, 1981.

- BAUMAN, Zygmunt. 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- BENCHIMOL, Jaime L.. A modernização do Rio de Janeiro. DEL BRENNNA, G. R. (org.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: umacidade em questão*. Rio de Janeiro: Índex, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHIAVARI, M. P. As transformações urbanas no século XIX. DEL BRENNNA, G. R. (org.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: umacidade em questão* Rio de Janeiro: Índex, 1985.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthopos, 1986.
- LASCH, C. *A cultura do Narcisismo: a vida americana em uma época de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- MOURA, C.P de. Vivendo entre Muros: o sonho da aldeia. In: VELHO, G e KUSCHNIR, K. (orgs). *Pesquisas Urbanas: Desafios do Trabalho Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- PECHMAN, Robert. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, PECHMAN, Robert Pechman (orgs.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SIMMEL, G. "Freedom and the Individual". In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press. 1975.
- _____. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, G (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 3ª Edição, 1976.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- WEBER, Max. Conceito e Categorias da Cidade. In: VELHO, G (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 3ª Edição, 1976.

Wirth, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, G (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 3ª Edição, 1976.